

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte oito dias do mês de abril de dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel.-----

-----Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão.---

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados Agostinho Gonçalves, Vítor Soares, Filomena Pereira, Hermínia Magalhães e o senhor Presidente da junta de Freguesia de Rio de Moinhos, Henrique Manuel Azevedo Martins. -----

-----A senhora deputada Filomena Pereira, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Antónia Alves. -

-----O senhor deputado, Vítor Soares, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Agostinho Soares.-- -----

O senhor deputado, Agostinho Gonçalves, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Agostinho Soares. -----

-----A senhora deputada Hermínia Magalhães, do Grupo Municipal da coligação "Penafiel Quer", apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Pedro Pinto Lopes. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, Henrique Martins, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo tesoureiro de Junta de Freguesia, senhor António Manuel da Silva Rodrigues. -----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia.

-----O senhor 2º Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura da correspondência, moções, votos de louvor e voto de pesar entrados na mesa: -----

-----1 — Ofício enviado pela ARS NORTE, Administração Regional de Saúde do N/arte, I.R, Diretora Executiva - ACES Tâmega IIVSS. -----

-----"Assunto: Apresentação Pública do Diagnóstico e Plano Local de Saúde -----

-----Exmo. Sr. Presidente -----

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

-----Considerando que o cidadão deve ser parte ativa e conhecedor dos cuidados de saúde primários que o ACES Tâmega II Vale do Sousa Sul presta no concelho, encontramos-nos disponíveis para a realização de uma Apresentação Pública do Diagnóstico e Plano de Saúde Local em Assembleia Municipal junto da população do concelho V- Ex. preside. -----

Porque entendemos que se trata de uma área tão vital e cujos cuidados de saúde, devem ser cuidados de proximidade, aguardamos que se entender oportuno, nos indique a data para a efetiva apresentação." ---

-----2 --- Ofício enviado pelo Senhor Presidente da junta de Freguesia de S.ao Martinho de Recezinhos:-----

-----" Informação prevista no n.º 4 do artigo 48.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Penafiel. - -----

-----Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Penafiel, -----

-----Eduardo Fernando ribeiro da Silva, Presidente da junta de Freguesia de S.ao Martinho de Recezinhos, eleito pelo Grupo de cidadãos " São Martinho Sempre", venho, nos termos do n.º 4, do artigo 48.º, do Regimento da assembleia Municipal de Penafiel, comunicar a V. Exa. Que não integro qualquer grupo municipal e que exercerei o meu mandato como independente."-----

-----3— Moção subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"MOÇÃO-----

-----PELA REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 82/2014 de 10 de Abril -----

-----A portaria Nº 82/2014 de 10 de Abril publicada na passada quinta-feira, em Diário da República, categoriza os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em grupos de I a IV, hierarquizando as unidades de acordo com a natureza das suas responsabilidades e valências. -----

-----No caso concreto do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa-Hospital Padre Américo, é-lhe retirado um conjunto de serviços/especialidades, nomeadamente, Cirurgia Vasculuar, Cirurgia Plástica, Urologia, Obstetrícia e Neonatologia. -----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista lamentam profundamente e manifestam o seu total desacordo com esta medida injusta, que é mais um golpe do governo no legítimo direito das populações a cuidados de saúde de proximidade.-----

-----A decisão de acabar com os serviços revela-se mais inaceitável, quando se sabe que não foi feito qualquer estudo técnico pelo Governo, como não ouviram a administração do Hospital nem outras entidades locais. -----

-----Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista só podem considerar que esta Portaria a ser definitiva é altamente lesiva dos interesses legítimos da população de Penafiel e de toda esta região. -----

-----Por isso propõe que a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 28 de Abril de 2014, delibere:

-----1 — Apelar ao Governo da República para que revogue a Lei n.º 82/2014 de 10 de Abril;-----

-----2 — *Dar conhecimento da presente Moção aos vários Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, ao Ministério da Tutela e Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa.*”--

-----4 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação “Penafiel Quer”, com o seguinte teor:

-----”MOÇÃO

-----A Constituição da República Portuguesa consagra o direito à saúde, como uma das grandes conquistas do 25 de Abril, do qual celebramos este mês o quadragésimo aniversário. No seu art.º 64.º está plasmado que para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe ao Estado nomeadamente: ---

-----Garantir o acesso de todos os cidadãos

-----Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde.

-----Assim, a nossa região foi, ao longo destes anos, sendo dotada de infraestruturas hospitalares que permitissem as referidas garantias.

-----Primeiro, constituiu-se o Centro Hospitalar de Vale do Sousa, abrangendo o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental de Penafiel e os velhos hospitais de Penafiel e de Paredes.

-----A dispersão dos serviços, aliada à impossibilidade de dotar estes hospitais dos meios tecnológicos adequados a uma eficaz prestação dos cuidados de saúde, levou o Estado a dotar a região de um hospital com instalações e serviços de dimensão e diferenciação adequadas, com a construção em Penafiel do Hospital Padre Américo-Vale do Sousa, inaugurado em Outubro de 2001.

-----Em 2007, foi criado o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE, agregando o Hospital Padre Américo ao Hospital S. Gonçalo de Amarante.

-----Em finais de 2012, foi inaugurado o Novo Hospital de Amarante, que substituiu o Hospital S. Gonçalo.

-----O Centro Hospitalar assim constituído, tem como incumbência a prestação de cuidados de saúde distintos à população da sua área geodemográfica de influência, que passou a ser superior a 500 000 habitantes.

-----Em 10 de Abril pp, fomos confrontados com a publicação em Diário da República da portaria 82/2014 do Ministério da Saúde, que estabelece os critérios que permitem categorizar os serviços e estabelecimentos do SNS, de acordo com a natureza das suas responsabilidades e quadro de valências exercidas.

-----Trata-se de um documento sem dúvida necessário, mas elaborado sem adequado estudo prévio e necessária avaliação das consequências, pouco explícito e portanto vulnerável a poderes circunstanciais.

-----O diploma aponta nomeadamente para a possível redução da área de influência do CHTS, o que poderia acarretar a perda de valências já existentes e consideradas essenciais para a saúde dos

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

habitantes da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Esta situação tem merecido devida contestação por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Penafiel e também por parte da C.I.M.T.S. -----

-----Após tantos anos a lutar para conseguir estabelecer na nossa região um Centro Hospitalar que assegurasse o direito à proteção da saúde, tal como plasmado na Constituição da República Portuguesa, não podemos admitir que esse trabalho de décadas seja arruinado pela referida portaria. -----

-----Por esse motivo, a coligação Penafiel Quer propõe que seja votada uma moção de exortação ao Governo para proceder às alterações necessárias na portaria do Ministério da Saúde n.9 82/2014 de 10 de Abril, de forma a não prejudicar a prestação de serviços de saúde à população da região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. "-----

-----5 —Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, com o seguinte teor:-----

-----"Moção-----

----- Contra a privatização da EGF-----

-----O Governo decidiu privatizar a Empresa Geral de Fomento (EGF), empresa para o sector de resíduos do Grupo Águas de Portugal. -----

-----A concretizar-se, esta operação significará na prática a privatização das 11 empresas multimunicipais nas quais a EGF detém 51% ou mais do capital e, conseqüentemente, a entrega a interesses privados de cerca de 60% do sector de resíduos. -----

-----A EGF é altamente rentável na estratégica área dos resíduos, dispõe de modernas tecnologias e infra-estruturas, possui trabalhadores qualificados, e movimenta anualmente cerca de 170 milhões de euros. Só em 2012, numa altura em que o Governo já anunciara a intenção de proceder a privatizações no sector, foram investidos pelas empresas do grupo EGF perto de 45 milhões de Euros, o que não pode deixar de ser entendido como mais um exemplo de dispêndio de dinheiros públicos para assegurar lucros privados. -----

-----A privatização significará o aumento do preço cobrado e a diminuição da qualidade do serviço prestado às populações, à semelhança de muitos outros processos de privatização. Os municípios perderão ainda mais capacidade de intervenção e decisão num sector que lhes diz diretamente respeito e de que são parte integrante, por direito e natureza. Os utentes perderão capacidade de controlo democrático, uma vez que não podem votar nas administrações de empresas privadas. -----

-----Este é igualmente um processo que não pode ser desligado dos sucessivos golpes às Autarquias, o seu estrangulamento financeiro, o bloqueio de acesso aos fundos comunitários, da utilização das Águas de Portugal e da ERSAR como instrumentos para subir tarifas e impostos e espoliar competências autárquicas nos serviços públicos, pondo-os sob tutela do Governo para os transformar posteriormente em negócios privados com o único objetivo de maximizar o lucro de capital à custa dos trabalhadores e do empobrecimento geral das populações. Multiplicam-se as posições de Autarquias e suas associações, de trabalhadores de empresas do universo EGF, e de

organizações ambientalistas, todos recusando frontalmente esta operação de lesa-património, que indubitavelmente se posiciona numa estratégia mais global de privatização desse bem essencial que é a água, pois a retirada desta importante fonte de receita da empresa "Águas de Portugal" irá fragilizá-la, facilitando a sua posterior venda ao desbarato. Foi também já anunciado que vários partidos vão exigir a apreciação parlamentar desta decisão do Governo, no sentido da sua revogação. Também o município de Penafiel tem razões para se levantar contra esta intenção. A Penafiel Verde E.M., foi criada para gerir e explorar os sistemas municipais de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais no município de Penafiel. Esta gestão deve continuar na exclusiva competência e autonomia da Câmara sem qualquer interferência de entidades externas. Assim, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida em 28 de Abril de 2014, delibera:-----

-----Manifestar a sua firme oposição ao processo de privatização iniciado pelo Governo;-----

-----Exigir do Governo que, em conjunto com os Municípios, encontre uma solução que sirva os interesses de ambas as partes. -----

-----Se aprovada, dar conhecimento ao Governo, aos Grupos Parlamentares da AR, à Câmara Municipal, às Juntas de freguesia do nosso Concelho, à Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e aos órgãos de comunicação social." -----

-----6 —Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, com o seguinte teor: -----

-----"MOÇÃO -----

-----35 Horas nas Autarquias de Penafiel -----

-----As 35 horas semanais para todos os trabalhadores da Administração Pública foram reconhecidas em 1996, fruto de várias lutas dos trabalhadores do sector que, finalmente, viram o alargamento deste horário de trabalho aos operários e pessoal auxiliar - até então os únicos que ainda trabalhavam 40 horas por semana. -----

-----Foi nesse mesmo ano que foi assinado um acordo salarial, ao qual se seguiram negociações parcelares, reconhecendo os direitos referentes às férias, remuneração, regras de promoção e progressão, atividade sindical, segurança e saúde no trabalho, regularização do trabalho precário e, especialmente, a negociação coletiva. Foi nessa altura acordada a redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais, que se manteve até o Governo PSD/CDS tentar impor uma semana de trabalho de 40 horas na Administração Pública. Este aumento do horário de trabalho sem aumento da retribuição mensal constitui trabalho escravo, dado que estas horas a mais não estão a ser pagas. -----

-----Um Governo que aumentou brutalmente os impostos, cujas escolhas políticas empurram jovens para a emigração, fazem disparar os números do desemprego, aumentam os níveis de pobreza (hoje empobrece-se a trabalhar), colocam em causa direitos conquistados; um Governo que tem cortado nos salários, nas pensões, nas reformas e nas prestações sociais e que volta a tentar retirar

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

poder de compra aos trabalhadores da Administração Pública, reduzindo-lhes o salário por via do aumento do horário de trabalho. -----

----- No que se refere à Administração Local, o Acórdão do Tribunal Constitucional permite que sejam celebrados novos acordos coletivos entre as autarquias e as estruturas representativas dos trabalhadores — algo que esta Câmara Municipal quer realizar e em algumas freguesias do Concelho, o que saudamos e valorizamos. -----

----- Consideramos, no entanto, ser importante que as 35 horas semanais sejam uma realidade no Concelho e em todas as freguesias, respeitando-se de igual modo os direitos dos trabalhadores de todas as autarquias, não havendo assim, no mesmo município, horários de trabalho diferentes para os trabalhadores do mesmo sector. -----

----- Assim, e considerando: -----

----- O respeito pelos direitos conquistados e consagrados dos trabalhadores da Administração Local; -----

----- A intenção de assinar o protocolo com as estruturas representativas dos trabalhadores da Administração Local, estabelecendo as 35 horas semanais; -----

----- Os protocolos assinados entre várias Juntas de Freguesia e as estruturas representativas dos trabalhadores da Administração Local, estabelecendo as 35 horas semanais; -----

----- A opinião já publicamente manifestada pela Associação Nacional de Municípios (ANMP), defendendo as 35 horas semanais e a sua harmonização em todos os municípios; -----

----- A Assembleia Municipal, reunida a 28 de Abril, delibera recomendar ao Executivo da Câmara a assinatura do acordo o mais urgente possível e a todas as Freguesias de Penafiel a aplicação do horário de 35 horas semanais a todos os seus trabalhadores." -----

----- 7 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

----- "VOTO DE PESAR -----

----- Os elementos eleitos do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal vêm, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento do destacado intelectual e histórico militante socialista, José Medeiros Ferreira, no passado dia 18 de março de 2014. -----

----- José Medeiros Ferreira teve um papel fundamental na construção do regime democrático em Portugal. Foi deputado em diversas legislaturas, quer no Parlamento Nacional quer no Parlamento Europeu. -----

-----Tinha uma vasta cultura, e era dotado de uma rara inteligência e um dom da palavra, possuindo um humor raro e um realismo apurado na análise da nossa vida contemporânea, tendo servido Portugal e o ideal democrático.-----

-----Foi aos 35 anos ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, entre 1976 e 1978, tornando-se assim o mais jovem chefe da diplomacia portuguesa. Foi durante o seu mandato que, em 1977, Portugal apresentou o seu pedido de adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE).-----

-----José Medeiros Ferreira era Natural de Ponta Delgada, nos Açores. Licenciou-se em História em Genebra, em 1972, tendo-se doutorado em História Institucional e Política pela Universidade Nova de Lisboa, em 1991.-----

-----Iniciou o seu percurso político na oposição estudantil à ditadura de Salazar, sendo um dos principais dirigentes durante a crise académica de 1962. Entre 1968 e 1974, esteve exilado na Suíça e, durante esse período, José Medeiros Ferreira foi assistente na Faculdade de Ciências Económicas e Sociais da Universidade de Genebra. Entre 1981 e 1991, foi assistente convidado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, entre os anos de 1991 a 1999 foi professor auxiliar, tendo-se destacado como especialista em História Contemporânea.-----

-----Desde 1999, José Medeiros Ferreira era professor associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.-----

-----Foi membro do Instituto de História Contemporânea e presidiu ao conselho geral da Universidade Aberta.-----

-----Era uma personalidade notável a quem o Partido Socialista, a Democracia e o país ficarão eternamente gratos.-----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel endereça à família enlutada, as mais sentidas condolências.-----

-----8 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE PESAR-----

-----Os elementos eleitos do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal vêm, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, ontem dia 27 de abril de 2014, do distinto poeta, ensaísta, romancista, dramaturgo, cronista e tradutor de clássicos, Vasco Graça Moura.

Vasco Graça Moura nasceu no Porto, na Foz do Douro, em 1942. Licenciou-se em Direito, pela Universidade de Lisboa. Chegou a exercer a advocacia, de 1966 a 1983, até abraçar de uma forma plena a carreira literária. Para ele a poesia era a sua «forma verbal de estar no mundo» mas, foi como tradutor de clássicos que deixou uma marca indelével no universo literário nacional e internacional.-----

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

-----Foi também jurista, gestor e político, tendo sido deputado no Parlamento Europeu integrado no Grupo do Partido Popular Europeu. -----

-----Era presidente da Fundação do Centro Cultural de Belém desde 2012. -----

-----Foi diretor da RTP (1978), administrador da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (1979-1989), cuja política de edição literária dinamizou, foi presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Centenário de Fernando Pessoa (1988) e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1988-1995), para a qual coordenou a revista Oceanos. Dirigiu a Fundação Casa de Mateus, foi comissário-geral de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha (1988-1992) e diretor do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian (1996-1999). -----

-----Vasco Graça Moura após o 25 de Abril aderiu ao Partido Popular Democrático, atual PSD. Foi Secretário de Estado da Segurança Social do IV Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel endereça à família enlutada, as mais sentidas condolências." -----

-----9 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE PESAR -----

-----No dia 27 de Abril de 2014, faleceu, com 72 anos, Vasco da Graça Moura. Homem de excepcional cultura, e grande defensor da Língua Portuguesa, e discordante do novo "acordo ortográfico". -----

-----Poeta, ("esta era a sua forma verbal de estar no Mundo"), foi escritor, ensaísta, dramaturgo, cronista e tradutor de clássicos. -----

-----Esteve em Penafiel, num dos encontros culturais "Entre realizado no Museu Municipal, ainda em construção. -----

-----Natural da Foz do Douro, Porto, em 1942, licenciado em direito, exerceu advocaria, (1966/1983), e iniciou-se em 1962 na literatura, na poesia: "Modo Mudando", depois "Semana-inglesa", "O Mês de Setembro", e muitos outros que se seguiram. -----

-----Aderiu ao P.P.J). em 1974, foi Secretário de Estado da Segurança Social, no IV Governo de Vasco Gonçalves. Foi diretor da R.T.P em 1978. Administrador da Casa da Moeda, 1978/1989. Presidente Executivo do Centenário de Fernando Pessoa, 1988. Presidente da Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1988/1995. Coordenador da Revista Oceanos. Dirigiu a Fundação Casa Mateus, Comissário Geral da Exposição Universal de Sevilha 1989/1992. Director do Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian 1996/1999. Foi Deputado Europeu, pelo P.S.D. de 2001 a 2009. E desde 2012, presidia à Fundação do Centro Cultural de Belém. Era condecorado com a Grã - Cruz da Ordem de Santiago da Espada. -----

-----Pela sua figura de grande divulgador e defensor da Cultura Portuguesa, a Coligação Penafiel Quer (PSD/CDS), nesta Assembleia Municipal, de 28 de Abril de 2014, dedica-lhe um voto de pesar e propõe que seja guardado um minuto de silêncio em sua memória.”-----

-----10 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----" VOTO DE LOUVOR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à coletividade penafidelense ADRAP- Escola de Ciclismo e aos seus atletas, com especial destaque para o atleta Jorge Alves, pelos resultados alcançados no Prémio Junta de Freguesia de Golães / Trofeu José Martins (Taça de Portugal de Cadetes), a segunda prova da Taça de Portugal Liberty Seguros e a primeira etapa da taça de Portugal Zona Norte disputada em Golães, Fafe.-----

-----A referida prova foi organizada pela Associação de Ciclismo do Minho e pela Federação Portuguesa de Ciclismo, com o apoio de Câmara Municipal de Fafe e Junta de Freguesia de Golães tendo Jorge Alves Silva Vinha/ADRAP/Sentir Penafiel, vencido a etapa isolado.-----

-----A melhor equipa na corrida de Cadetes, da referida prova, foi a equipa Silva & Vinha/ADRAP/Sentir Penafiel.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 28 de abril de 2014, endereça à ADRAP-Escola de Ciclismo e aos seus atletas as nossas felicitações e votos de muitos sucessos.”-----

-----11 — Voto de louvor e mérito, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à Associação Recreativa Novelense e aos seus atletas, com especial destaque para o atleta António Malheiro, pelos resultados alcançados no Torneio da Aberto de Ténis de Mesa da cidade de Vila do Conde.-----

-----A Associação Recreativa Novelense participou no referido Torneio nas classes de sub-11; sub-15 e sub-18 com um total de 25 atletas, tendo em sub-18, António Malheiro, conquistado o torneio.-----

-----Fruto do 5º lugar do atleta José Gonçalves e do 6º lugar do atleta Paulo Silva, a Associação Recreativa Novelense venceu também a prova de equipas.-----

-----O Torneio da Aberto de Ténis de Mesa da cidade de Vila do Conde integra o circuito nacional de torneios, que é pontuável para o ranking nacional de atletas.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 28 de abril de 2014, endereça à Associação Recreativa Novelense e aos seus atletas as nossas felicitações e votos de muitos sucessos.”-----

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

-----Posta à votação a admissibilidade das moções, votos de louvor e votos de pesar, apresentados foram os mesmos aprovados por unanimidade.-----

----- **Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que a consideravam que a cerimónia do 25 de Abril tinha dado um salto positivo face a edições anteriores, mas ainda assim tinha ficado um pouco aquém de expetativas, uma vez que a tinha decorrido de forma atabalhoada. A não convocação de todos os senhores Ex Presidentes de Junta de Freguesia que iriam ser homenageados num jantar à posteriori, nomeadamente aqueles que já tinham falecido; A forma discriminatória como tinham sido tratados os oradores naquela sessão face ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Isso não se compreendia nos dias de hoje, assim como não se compreendia a forma como eram tratados, uns eram tratados por Dr. e Eng. e outros eram tratados por *Donas*. Não era normal, numa estrutura organizada como era a Câmara Municipal de Penafiel, que aquele tipo de erros se cometessem. Era de todo desejável que aquele tipo de situações não se voltassem a repetir. O Grupo Municipal do Partido Socialista, sugeria que futuramente, a sessão solene do 25 de Abril fosse organizada pela Assembleia Municipal devidamente articulada pela Câmara Municipal. A vantagem do sugerido modelo de organização tinha que ver com o facto dos respetivos grupos municipais poderem participar e estavam certos que erros como os que tinham ocorrido não se voltariam a repetir. -----

-----No que tinha a ver com as sessões ordinárias da Assembleia Municipal havia muitas coisas para melhorar. O Partido Socialista, de forma recorrente, tem vindo a fazer um conjunto de sugestões por forma a melhorar a realização das sessões ordinárias para que tudo corresse dentro da normalidade. Não era normal que passados tantos anos ainda haver problemas em fazer chegar a documentação aos senhores deputados municipais. Continua haver problemas, aquilo que ficava assumido nas sessões da Assembleias Municipais, por exemplo a vista ao aterro sanitário de Penafiel que tinha sido agendada na última sessão da Assembleia Municipal, bem como a reunião ou comissão, para se discutir a descentralização de competências da Câmara Municipal. Volvidos dois meses nada disso tinha acontecido e havia situações que interferiam com o normal funcionamento. Havia documentos que não estavam disponíveis no portal da Câmara e Assembleia Municipal e era muito importante para o debate. Solicitou, junto da Câmara Municipal, para que se munisse de outros meios, por ventura mais recursos humanos para que tivesse à sua disposição melhor capacidade de responder aquilo que eram as necessidades do grupo municipal do PS no desenrolar das sessões ordinárias. -----

-----Relativamente ao aterro sanitário, disse que era sabido por todos, que há vários anos, as freguesias do sul do concelho de Penafiel eram fustigadas com os lixos do concelho de Penafiel e mais recentemente com os lixos dos concelhos de Paredes e Castelo de Paiva. A iniciativa de criação de aterro

sanitário era de salutar, contudo essa instalação no município de Penafiel tinha sido baseado num acordo. Importava recordar a forma elevada como a população de Penafiel, nomeadamente a população a sul do concelho perante aquela matéria. Recordou que um pouco por todo o país tinha havido muita polémica e alguma intervenção da polícia de choque onde os aterros iam ficar instalados, apesar de tudo tinha havido pelo poder local de Penafiel e das populações, à data, o saber gerir aquele assunto com muita seriedade. Tinham acolhido de uma forma serena, apenas se tinham exortado de uma forma diferente quando o aterro tinha funcionado mal e isso era recorrente ao longo dos últimos 15 anos. Importava naquele momento saber, tendo em consideração que estava acordado a rotatividade da localização do aterro sanitário, concretamente já devia estar pensado deslocar-se para o município de Paredes, o que tinha sido feito, o que estava a ser programado, que negociações estavam a ser levadas a cabo e para quando essa mudança. O partido Socialista queria saber quando é que o aterro sanitário ia sair do seu pleno funcionamento do concelho de Penafiel e quando se iria deslocar para o município de Paredes. Muito mais do que uma questão política ou técnica era uma questão de justiça. Penafiel tinha aguentado o lixo durante mais de 35 anos e era tempo de por fim a essa situação. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Informou que a visita ao aterro sanitário, não podia ser feita naquele entretanto, sobretudo por questões climatéricas mas no final da sessão da Assembleia Municipal poderiam tratar de acordar uma data para esse efeito, bem como no que tocava à reunião de trabalho sobre a delegação de competências para as Juntas de Freguesia, que se tinha esperado naquele ínterim que houvesse uma melhor clarificação da legislação no que concerne às transferências de competências. -----

----- A senhora deputada Sofia Leal: Disse que Penafiel tem vindo a conquistar um lugar de referência no âmbito cultural. Todos eram conhecedores da dinâmica que tem devolvido à cidade de Penafiel o perfil de respeitabilidade, um lugar mais cosmopolita. Como penafidelense sentia-se muito orgulhosa como todos os penafidelenses. -----

-----Relativamente às comemorações do 25 de Abril, disse que de facto as comemorações do 40.º aniversário de Abril, tinham reforçado ainda mais o lado cultura. O sentimento profundo da poesia associada à música e ao canto de intervenção, transformaram a tarde do museu municipal de Penafiel num cenário tertuliano e contestatário que celebraram e homenagearam os valores de Abril em Penafiel.

-----Ainda com o espírito de Abril, seria quase um sacrilégio não falar do papel da educação numa sociedade que se queria evoluída e democrática. No passado dia 24 de abril, no edifício Infactus em Penafiel, tinha sido confirmado que no próximo ano letivo, os penafidelenses passariam a receber a licenciatura em enfermagem. Ia ter vagas para 60 alunos e ia ser ministrada pela cooperativa de ensino superior politécnico universitário (CESPU). O facto de estarem perto do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, facilitava toda aquela dinâmica e toda a expectativa face à possibilidade de 60 jovens poderem obter a sua licenciatura naquela área. Por certo, todos os penafidelenses ficariam mais ricos, a micro

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

economia local também ia beneficiar daquele curso, em suma a cidade ia ganhar mais vida. As famílias, por sua vez, também iam criar mais expectativas face à formação dos seus jovens. Podiam dizer que eram mais alguns para o desemprego e para emigrar, podia ser verdade, todavia estávamos no limiar de um novo século em que a exigências eram outras. Portugal não tinha grandes recursos naturais e os seus jovens tinham que ter ferramentas para combaterem e competirem ao lado dos seus homólogos da União Europeia. O nível da competição não estava dentro de portas, estava a nível da União Europeia e as novas gerações iam ter que se confortar com isso e tinham que estar à altura dos outros jovens da União Europeia. Era preciso, prepara-los para esses desafios e essa bagagem, essa preparação passava obrigatoriamente pela educação, pela formação académica. Usufruíamos de uma vantagem, os países de expressão portuguesa, o mercado de trabalho cuja comunicação tonava-se mais acessível. -----

-----No passado mês de março tinha estado em Penafiel, uma delegação de dirigentes angolanos para receberem formação e gestão e administração escolar e turismo, ou seja as fronteiras começavam a tomarem-se mais pequenas e os desafios do novo século associado às novas tecnologias faziam com que o mundo fosse muito mais global, não podia cristalizar. -----

-----No dia 25 de abril, no museu municipal de Penafiel, ouviu o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Penafiel, referir a ética inter geracional como um comprometimento entre as diferentes gerações na mira de mais e melhor qualidade vida a vários níveis. Aquela ética passava obrigatoriamente pela forma das novas gerações. -----

-----Por todas as razões, que tinha inumerado, e porque acreditava no presente, que se alicerça em referências do passado para construir o futuro, estava convicta que aqueles acontecimentos e melhorias locais iriam impulsionar o futuro mais sustentável e promissor para o Vale do Sousa e Tâmega e em particular para os penafidelenses. Penafiel congratulava-se com aquele facto, sempre abertos e disponíveis para o melhoramento das condições de vida das suas populações. -----

----- — O senhor deputado Jesus Ferreira: Relativamente à moção contra a privatização da EGF, mencionou a importância que em Penafiel tudo se mantivesse como existe, isto era, há uma empresa municipal que faz a gestão da água e a CDU defende que assim continuasse. A moção apresentada vinha no sentido de pedir ao Executivo que tudo Penafiel fizesse para que a água se mantivesse, tal como está no concelho de Penafiel. -----

----- A questão das 35 horas, na moção apresentada, parecia-lhes que era de inteira justiça que a maioria dos trabalhadores das autarquias locais no país, estava a cumprir o horário das 35 horas semanais e Penafiel continuava com as 40 horas. Sabia que o senhor Presidente da Câmara Municipal estava a tentar resolver aquela questão, mas a CDU pedia que o processo fosse acelerado o mais rapidamente possível. -----

-----No que concerne ao IC 35, disse que como todos sabiam, com a perda de soberania e agora integrados na europa, eram obrigados a cumprir o que a Comissão europeia tinha aprovado para o plano PETI. Plano Estratégico de Transportes e de Infra-estruturas, que naquele momento o Governo tinha que

o levar à aprovação da Comunidade europeia, o que significava que como iam ter eleições europeias, o parlamento europeu parou, e tão cedo a questão do plano não ia ser discutida. Significava que o IC 35 ia continuar a estar parado. Deixava-os preocupados, as intervenções públicas que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha tido em Lisboa, reconhecia o que acabou de dizer, isto era, que havia grandes possibilidades a ser adiado pelo atual Executivo. Também era conhecido, através da Assembleia da República que havia apenas o lançamento para uma obra que custava no seu total 143 milhões de euros, apenas um lançamento de uma obra de 23 milhões de euros, e que tinha como início da construção, apenas de um troço e que só tinha inicio a partir 2017. Disse que aquela matéria dizia respeito a todos os penafidenses, e que todos os partidos políticos deviam fazer um esforço para estarem unidos na defesa da construção do IC 35 e também na defesa da problemática do hospital Tâmega e Sousa. -----

-----Disse que o centro Hospitalar Tâmega e Sousa, estava incluído num grupo que estava destinado a que servissem até 500 mil habitantes. Significava a perda de valências como cirurgia plástica, cirurgia vascular, urologia, obstetrícia, neonatologia e outras valências. Era dever de todos não permitir que tudo aquilo viesse acontecer. Havia um ataque feroz ao Serviço Nacional de Saúde e não era por acaso que já uma empresa privada de Penafiel, estava a alugar as antigas instalações do hospital. Se aquela Lei for para a frente, previa que algumas das valências saíssem do hospital e que fossem para o privado as explorar. Disse que as maiores conquistas do 25 Abril era o Poder Local e o Serviço Nacional de Saúde.---

-----Disse que aquela era uma região do país que tinha mais do que 500 mil habitantes, porque apanhava toda a zona do Vale do Sousa e do Baixo Tâmega. Se se confirmar aquela perda de valências consumir-se-ia o esvaziamento do novo hospital de Amarante, o qual o Estado tinha investido cerca de 40 milhões de euros, para além do prejuízo causado nas populações. O que lhes queriam fazer, não era normal, e era feito por pessoas que não conheciam a realidade no terreno. Propunha que todos os partidos políticos, a Administração do hospital, toda a população atingida e o Poder Local da região, tivessem plenos direitos à saúde na região. -----

-----Relativamente ao aterro sanitário, disse que neste inverno muito chuvoso, tinha ido ao local mais uma vez a pedido da população local, e naquele inverno e com a chuva que tinha caído, os lixiviados tinham transbordado novamente e correram pelas encostas abaixo. Era tempo para acabar com aquele aterro sanitário que já tinha esgotado a sua capacidade e o seu prazo de validade. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Relativamente às comemorações do 25 de Abril, disse que tinha havido um salto qualitativo que tinha existido na freguesia de Penafiel. Referiu que esse salto qualitativo teve muito a ver com o que a junta de Freguesia de Penafiel teve, e na pessoa do senhor Presidente que galvanizou uma grande quantidade de eventos espalhados pela cidade que animaram de uma forma profícua as comemorações do 25 de Abril. -----

-----Disse que na última sessão da Assembleia Municipal, o senhor deputado Rui Lopes em que fez uma certa apologia do que tinha sido o Governo do partido Socialista. Na sua perspetiva as alusões que o

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

senhor deputado tinha encontrado era para mascarar o desgoverno e desastrosa, campanha que tem vindo a fazer o atual Governo e portanto não eram legítimas. Disse que em maio de 2011 tinha sido assinado um memorando com as condições de um empréstimo a Portugal. Três anos depois, todos os indicadores demonstravam que a receita da autoridade só tinha resultados em mais recessão e na agudização sem precedentes nas condições de vida dos portugueses. Hoje vivíamos tempos difíceis e pagávamos um preço exageradíssimo devido à política cega seguida pelo atual governo. Não se tinha esquecido, o senhor deputado Rui Lopes, da atitude do Governo da Coligação quando tinham apelado à ajuda externa, chamando a troika, quando quiseram governar com o FFMI, ressalvando sempre que as políticas da troika eram as suas políticas e que até deviam ir para além da troika. Lembrar-se-ia que em 2011, o senhor Primeiro Ministro tinham afirmado que a autoridade devia ser espremida sobre o Estado e as suas gorduras e não as pessoas. Mas o que na realidade tinha feito, foi aumentar os impostos, cortou os salários, fez um ataque aos reformados aos reformados e funcionários públicos, cortando nos salários e nas pensões e segundo constava que não estava saciado. Para além disso e sem despudor, afirmava que o que eram cortes provisórios eram agora definitivos, dando um fraco exemplo do que era a palavra de um político. -----

-----Relativamente ao Governo de José Sócrates, entre 2005 e 2009, disse que todos se lembrariam que José Sócrates assumiu uma vitória de maioria absoluta, numa altura em que a sociedade portuguesa estava á beira de uma rotura social, fruto de uma gestão ruínosa do país iniciada pelo Governo de Durão Barroso e Paulo Portas e continuado pelo Governo de Santana Lopes. Aconteceu que Durão Barroso tinha batido asas e voou para Bruxelas, esquecendo a responsabilidades que tinha tido com Portugal e com os Portugueses. Durão Barroso tinha adiado as reformas que o país necessitava, a Santana Lopes, o Presidente da República, Jorge Sampaio, tinha sido forçado a demitir o Governo, caso único em mais de 860 anos de história do país. O laxismo e a incompetência dominavam o aparelho de Estado da altura, não se apuravam responsabilidades e a impunidade era total. Os atos governativos transformaram-se numa sessão de dispartes explorados pela comunicação social. A política espetáculo tinha atingido o seu auge. Tinha sido aquela a herança que tinha recebido o governo de José Sócrates. -----

-----Portugal era um dos países do mundo que mais gastava com a justiça, saúde e educação, mas era o que tinha os piores resultados naqueles sectores. A segurança social, fruto de sucessivos saques a uma gestão ruínosa, estava à beira do colapso financeiro. Tinha sido naquele contexto que o Governo de José Sócrates tinha resolvido avançar com os ambiciosos programas de reformas, nomeadamente a administração pública, saúde, segurança social e educação. Apesar de a ordem ter sido de racionalizar e combater o desperdício, naquele Governo, tinha-se aumentado a eficiência e eficácia do sistema, um dos projetos emblemáticos da nova política era o plano tecnológico que os seus parceiros (Governo da Coligação PSD/CDS-PP), tinham esquecido, do qual procurava simplificar a vida dos cidadãos através dos recursos sistemáticos às tecnologias. Uma das mais emblemáticas medidas tinha sido a promoção das

energias renováveis que este Governo também teimava em esquecer. A integração do inglês no primeiro ciclo que também queriam acabar. No entretanto tinham-se equilibrado as constas. O défice orçamental tinha sido reduzido para valores nunca antes atingidos, entre 2005 e 2008, o défice orçamental tinha passado de 6,8% para 2,6%. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que tinha escutado com atenção a intervenção do senhor deputado José Macedo e a certa altura tinha ficado com a sensação que o senhor deputado queria reescrever a história do pântano, aquela que tinha feito o Primeiro-ministro em 2001 abandonar o país porque estava à beira do precipício e a todo momento podia dar o passo enfrente e cair. Lembrou que o senhor deputado tinha falado num período de 16 anos de governação, dos quais, dois anos apenas da coligação PSD/CDS-PP. Tinha afluído e bem, que o senhor Presidente da República ao fim de três meses, a pedido, tinha dissolvido a Assembleia da República com uma maioria parlamentar.-----

-----Disse que daquilo que se conhecia, era que em 2011, se não tivesse vindo a troika, que o PS tinha negociado, Portugal não tinha dinheiro para pagar aos médicos e enfermeiros, e hoje não estavam ali, a discutir sobre o assunto do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Perguntou onde é que o senhor deputado se tinha fundamentado para ter dados estatísticos tão certos, porque no que lia e tinha conhecimento, não encontrava o que quer que fosse, que fundamentasse o período áureo que ali tinha sido enaltecido pelo senhor deputado. Gostava de saber onde o senhor deputado tinha ido buscar todas aquelas informações que tinha prestado. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Disse que tinha citado e baseado nas fontes do Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística. -----

----- O senhor deputado Pedro Norberto: Disse que no passado dia 27 de março tinha sido publicado o Decreto de Lei 49/2014, que vinha regulamentar a Lei 62/2013, que era a Lei da Organização do sistema Judiciário, o Mapa Judiciário. Muitas dúvidas se levantaram sobre aquela reforma do Estado, que vinha na senda de outros diplomas que tinham sido publicados pelo Governo ao longo dos últimos três anos, designadamente a Reforma do Código do Processo Civil. -----

-----Referiu que as notícias que iam chegando de Lisboa era que iriam retirar ao Tribunal de Penafiel a importância do Tribunal. Penafiel passaria a ter, como sede de comarca, o Tribunal de Vila Nova de Gaia, numa primeira fase. Posteriormente, numa outra revisão desse projeto, que a sede de Comarca de Penafiel passaria para Gondomar e Valongo. Entretanto tinha sido publicado o Dec - Lei 49/2014, que tinha vindo acima de tudo fazer justiça, quer a Penafiel, quer ao Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Na verdade, a partir do dia 1 de Setembro ia entrar em vigor o referido diploma e Penafiel ia ser sede de comarca, designada por Porto Este, uma das 23 comarcas do país. Teria como área de influência oito municípios, o de Paredes, Paços de Ferreira, Lousada, Amarante, Felgueiras, Marco de Canaveses, Baião e Amarante. Em Penafiel, ficaria sediada a grande instância no que concerne a secções cíveis, criminais e do trabalho. Disse que aquela reforma tinha uma virtualidade e era algo que há muito tempo vinha sendo

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

pedido pelos agentes do foro, advogados, magistrados e funcionários, porque vinha criar uma maior especialização dos Tribunais para resolver os problemas dos cidadãos. Penafiel ia ser sede de comarca, seria onde iria ficar sediado o Juiz Presidente, o Magistrado Coordenador do Ministério Público e o Administrador Judiciário, uma nova figura que ia gerir os Tribunais Judiciais. Em Penafiel ia ficar a secção Cível e todos os processos com valor superior a 50 mil euros iam ser julgados em Penafiel, tendo como área de influências os municípios acima referidos. Também na área de Penafiel, todos os julgamentos que fossem compostos pelo tribunal coletivo ou tribunal de júri eram julgados em Penafiel. O Tribunal de Trabalho manteria a competência naquela área de influência. Disse que os concelhos vizinhos ficariam com Tribunais especializados, Paredes ficaria com Família e Menores, Lousada com a Execuções, Amarante com o Comércio e marco de Canaveses com a Instrução Criminal. Iam ter juizes para cada uma das áreas do ramo de direito. -----

-----Disse que aquele tinha sido um processo complicado, tinha acompanhado com o anterior Presidente da Câmara e o atual Presidente da Câmara Municipal, com os deputados na Assembleia da República, junto das delegações das Ordens dos Advogados. Acompanhou também, junto do Juiz Presidente do Tribunal Judicial de Penafiel, bem como o do secretário Judicial, que tinham feito um excelente trabalho. Tinha sido um trabalho conjunto e árduos de todos os intervenientes envolvidos, que tinha levado a bom porto aquela reforma que ia no interesse dos profissionais do foro na região. Se não tivesse sido o árduo trabalho e terem vindo ao terreno verem o que se passava. A deputada Teresa Leal Coelho que tinha estado em Penafiel acompanhar uma delegação de deputados, veio conhecer o Tribunal de Penafiel, as infraestruturas que o serviam e tinha sido isso que tinha levado que Penafiel tivesse ficado contemplado como sede de Comarca. Disse que aquela foi uma grande vitória para Penafiel, porque na verdade era muito grave terem de se deslocar para Gaia diariamente para fazerem os julgamentos. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Disse que era um orgulho ver que em época de constrangimento financeiro, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Eja em conjunto com as autarquias do outro lado do rio, conseguiam manter de pé aquele evento da Endoenças, que era uma honra para o conselho ter e ver, manter-se mesmo em tempos de crise.-----

-----O festival da lampreia, outro evento que para as pessoas daquela localidade que estavam ligadas á restauração e à revenda do ciclóstomo, era algo que significava um balão de oxigénio para muitas das economias familiares que ali iam resistindo.-----

-----Quanto ao IC 35, disse que depois de ter escutado uma entrevista com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Arouca, nos tempos mais próximos não voltaria a falar sobre esse assunto, até que houvesse mais dados daquilo que se estava a passar, nomeadamente quanto aos valores, quanto à execução. -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Chamou atenção do Executivo do estado das estradas municipais do concelho de Penafiel. Disse que sabia que o inverno já tinha acabado e em algumas

circunstâncias não era fácil proceder-se à reposição do pavimento porque era necessário algum tempo para que o mesmo se restabelecesse e fosse possível fazer uma intervenção mais profunda, por forma a que sua regularização fosse concretizada. Era necessário, se possível, que houvesse alguma rapidez na reparação dessas vias, porque quem circulava diariamente sofria drasticamente problemas por usar essas vias. -----

----- Quanto à estrada municipal 312, que ligava as Termas a Rio de Moinhos, disse que tinha sido intervencionada na década de 90, e desde então, nunca se tinha feito mais nenhuma intervenção com o mínimo visão de equilíbrio e de manutenção. A estrada não tinha bermas, estava a ficar toda esburacada e o piso era muito irregular. Sabia que não era uma obra fácil, mas estava a precisar urgentemente de uma intervenção profunda sob pena de um dia querer mexer-lhe e estar pior do que estava na década de 90. -----

----- O senhor deputado Joaquim Silva: Agradeceu à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Rans, pelo evento, prova para a taça de XCO, de BTT, onde tinham participado cerca de 500 atletas. Participaram atletas de fora do concelho e estrangeiros e era com provas daquelas que se conseguia levar o nome de Penafiel mais longe. -----

----- Relativamente ao IC 35, disse que era uma via que andavam a lutar por ela há mais de 20 anos. Depois de tanta tragédia, havia alguém que apareceu com vontade de à passar para o papel para que a mesma fosse uma realidade. Há poucos anos havia cerca de 20 mil euros escritos no programa do Governo para o IC 35, no momento estavam previstos 20 milhões de euros. Todos queriam que aquela obra avançasse e agora acreditava que ia ser possível. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oldrões: Relativamente à pergunta que lhe tinha sido feita na última sessão da Assembleia Municipal, disse que no passado dia 17 de dezembro de 2012, tinha enviado um ofício à Câmara Municipal no sentido da necessidade urgente de intervir na paragem ao km 32.15, mais conhecido pelo alto das Sete Pedras na EN 106. A Câmara municipal, tomou as devidas providências e em 13 de fevereiro de 2013, remeteu às Estradas de Portugal um pedido de parecer. Informou que em 11 de Fevereiro de 2014, as Estradas de Portugal, enviaram o parecer à Câmara Municipal a dizer que aqueles serviços não viam inconveniente na alteração proposta. Disse que aquela obra estava devidamente aprovada. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô: Relativamente às comemorações do 25 de Abril, disse que era uma cerimónia que habitualmente o seu ponto alto era a intervenção dos partidos políticos, que não perdiam a oportunidade de desancar no Governo e nada traziam de novo, porque a retórica já era conhecida por todos. Nestas comemorações, o senhor Presidente da Câmara tinha elevado as comemorações, onde não tinha faltado a poesia e a música alusiva ao 25 de Abril. Também tinha chamado para as comemorações o principal da democracia, o Poder Local, eleito democraticamente e homenageia-lo de forma simples mas brilhante, dando assim mais corpo

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

ao programa das comemorações. Muitos dos que tinham estado presentes, tinham estado desde 1974 ao serviço do poder local, desde logo pertencendo às comissões administrativas, assim como nas comissões de moradores e depois eleitos para as juntas de Freguesia. Tinham sido umas comemorações, que certamente tinham marcado todos os Presidente de Junta, e da freguesia de Guilhufe não tinha faltado nenhum, com a exceção dos que já tinham falecido. Ao serem convidados, sentiram-se gratificados com esse reconhecimento que estava patente no rosto de cada um, e como nunca um convívio de confraternização oferecido pela Câmara Municipal do qual tinha proporcionado a alguns deles, reverem-se porque já não se viam há mais de 20 anos. Ao senhor Presidente da Câmara, à equipa que tinha trabalhado nesse evento e a todos quantos tinham proporcionado esse encontro, os parabéns pela forma em que se tinham comemorado os 40 anos do 25 de Abril. -----

----- O senhor deputado Coelho Ferreira: Disse que, a Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, em parceria com a Câmara Municipal, através do Pelouro do Turismo, criaram a denominada "Rota das Igrejas da Cidade de Penafiel", com a intenção da divulgação do turismo religioso, da cidade. Era mais um motivo de diversificação turística, na divulgação património religioso e cultural para os turistas que visitam Penafiel, e uma oferta de interesse à indústria hoteleira. -----

-----A "Rota das Igrejas", ia iniciar-se com visitas guiadas, no próximo Sábado, dia 3 de Maio. E efetuar-se-á todos os primeiros e terceiros sábados, com início às 9,30, a partir da Igreja da Misericórdia, num percurso pedestre a visitar as Igrejas da Misericórdia e seu Museu de Arte Sacra; Igreja da Ajuda, Igreja do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição (Igrejas das Freiras), Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco (Calvário), Igreja de S. Martinho (Matriz), e Igreja de Santo António dos Capuchos. Um segundo percurso de visita em miniautocarro, nos últimos sábados de cada mês. Iniciando-se, pelas 14h30, na Igreja da Misericórdia, Santuário de Nossa Senhora da Piedade e Santos Passos (Sameiro), Templo de Santa Luzia (antiga Igreja de S. Martinho de Mozares), Capela de Santa Luzia, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Capela de S. Roque e Igreja de S. António dos Capuchos. -----

-----Estes percursos de visitas realizar-se-iam nos meses de maio a setembro deste ano. -----

-----Era uma iniciativa, pioneira em Portugal, ao que sabiam, apenas ia-se iniciar uma rota semelhante às Igrejas, em Évora. -----

-----Apelou a um desafio à curiosidade, ao interesse cultural de cada um dos presentes, para uma merecida divulgação junto da população penafidelense, que por vezes, vivendo perto, por ventura, nunca visitaram esses seus valores culturais. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que era necessário explicar ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô de que na sessão solene das comemorações do 25 de Abril os partidos políticos escolhiam quem queriam e livres de dizerem o que quisessem sem por em causa a liberdade dos que participam na sessão. O Partido Socialista, tinha escolhido uma autarca de referência do município de Penafiel, que presidiu à Junta de Freguesia, sem nunca ter mudado de partido, durante

20 anos, em cinco mandatos consecutivos. Disse que muitos Presidente de Junta não tinham sido convidados, para serem homenageados no jantar das comemorações oferecido pela Câmara Municipal. Mais disse que, até a distribuição das medalhas aos homenageados não tinha sido de maneira muito digna, tinham distribuído as medalhas pelas mesas, onde qualquer um dos presentes as podia ter recebido. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô: Disse que nunca tinha sido sua intenção colocar em causa o prestígio de senhora Presidente da Junta de Freguesia de Rio Mau por quem tinha muita estima e consideração. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel: Em relação à moção sobre as 35 horas de trabalho semanal, disse que de facto era uma questão já tinha sido abordada na Câmara Municipal, questão que mereceu por parte da Câmara Municipal uma grande atenção, mereceu um conjunto de reuniões com os vários sindicatos ligados à área da função pública da Administração local, reuniões que tinham sido dirigidas pelo senhor vereador que tutelava a área dos recursos humanos. Tinham como objetivo estabelecer um acordo com as entidades sindicais que permitisse atingir esse objetivo da redução do horário de trabalho para as 35 horas, mas que fosse também razoável para o município. Significava que não podiam, sem mais, prescindir de 5 horas de trabalho dos funcionários municipais e depois numa circunstância em que viessem a precisar de que um trabalhador, trabalhasse mais uma ou duas horas nessa semana, viessem a pagar horas extraordinárias: Disse que os concidadãos que trabalhavam no sector privado e que em alguns casos trabalhavam 40 ou mais horas, iam ter dificuldade em entender isso. Tinham procurado consciencializar e tinha sido possível chegar a esse entendimento, ter um acordo que permitisse que o horário fosse reduzido para as 35 horas, mas que houvesse alguma flexibilidade para, em circunstâncias em que o município eventualmente necessitasse de um acréscimo de uma ou duas horas, não ser necessário o pagamento de horas extraordinárias. Disse que tinha sido possível chegar a esse acordo, tinha sido possível aprovar um acordo com aquelas características. Informou que na próxima 4.ª feira dia 30, ia ser assinado esse acordo com um dos sindicatos se tinha disponibilizado para o fazer e todos os funcionários da Câmara Municipal, quer fossem sindicalizados nesse ou noutro sindicato ou não fosse sindicalizados podiam depois aderir a esse acordo. Assim que esse acordo fosse devidamente chancelado pelo Governo, conforme a formalidade que a Lei determinava e impunha, entraria de imediato em vigor. -----

-----O senhor Deputado Marco Ferreira: Disse que o senhor Presidente referiu que o acordo tinha que ser chancelado pelo Governo, assim sendo, a moção da CDU tinha pertinência. Sabia de um caso em que o acordo tinha sido assinado em Fevereiro e ainda estavam à espera das 35 horas. Na verdade, o que acontecia era que, o acordo ia ser assinado, mas não ia ser aplicado de imediato. -----

----- **Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12**

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

de Setembro, submeter a votação e deliberação das propostas, moções, os votos de pesar e louvor acima transcritos. -----

----- O voto Louvor e Mérito e os votos de Pesar foram subscritos por todos os presentes.-----

-----Posto à votação, o voto de Louvor e Mérito foi aprovado por unanimidade.-----

----- Posto à votação, os votos de Pesar, foram aprovados por unanimidade, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insignes cidadãos. -----

-----Posta à votação a moção apresentada pelo Grupo Municipal da Coligação Penafiel. Quer, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----Posta à votação a moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, foi a mesma rejeitada com 24 votos contra, uma abstenção e 19 votos a favor. -----

-----Posta a votação a moção apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU, Contra a privatização da EGF, foi a mesma rejeitada com 28 votos contra e sete abstenções. -----

-----Declaração de voto do senhor deputado Couto Barbosa: Disse que tinham votado favoravelmente a moção, embora a moção fosse uma moção de âmbito nacional e não afetava Penafiel porque o sistema de gestão de resíduos em alta não tinha a intervenção da EGF, mas numa fase seguinte ia Penafiel ia ser afetado, inclusivamente na questão de como ia ser o aterro sanitário de Penafiel daqui a 10 anos. Disse que os municípios estavam a ser minorizados e desprezados naquele sistema, os municípios eram 49% do capital de EGF e o Estado tinha 51%. Se o Estado pretendia alienar a posição dele, podia dialogar com os municípios e alineação ser uma parte para os municípios e outra para os privados e não, colocar um parceiro preferencial, que era o Poder Local, na situação que os estava a colocar. - -----

-----Posta a votação a moção apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU, sobre as 35 horas do horário semanal, foi a mesma rejeitada com 30 votos contra, uma abstenção e 19 votos a favor. -----

----- **1.º Ponto – Aprovação das Atas das sessões anteriores.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que, como as atas não tinham sido disponibilizados no portal da Assembleia Municipal em tempo útil, passariam as mesmas para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Relativamente à requalificação da EB1 de Covilhô, em Novelas, disse que a requalificação era muito bem-vinda, estavam no bom caminho, era importante que as escolas que já não tinham as condições ajustadas aos novos tempos deviam se

ajustadas, e apelava ao senhor Presidente da Câmara para que fossem corrigidas algumas situações, nomeadamente o piso exterior, que não era o mais adequado para aqueles escalões etários. Para que no futuro se pudesse concertar, era bom que a Junta de Freguesia pudesse ser informada, em devido tempo, da sua reabertura para poderem consertar as suas posições. Relativamente ao parque desportivo exterior, disse que não tinha sido intervencionado e não fazia sentido que a escola fosse requalificada para servir melhor os alunos, e cinco metros ao lado o campo desportivo pudesse também ser requalificado para bem dos alunos e a bem daquela comunidade que precisava de um espaço mais ajustado e mais próprio uma vez que aquele não estava em condições. -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que o PS ficava muito satisfeito que o concelho de Penafiel fosse sede de instituições do Ensino Superior, desde que houvesse alguma ciência política por trás daquela ação. Era certo que o ensino superior estava em Penafiel desde 2009, quando tinha sido sedeado o ISCE. Perguntou qual era a avaliação que a Câmara Municipal fazia, o que tinha trazido de novo o ISCE para Penafiel, qual tinha sido o impacto económico que tinha trazido para o concelho. -----

----- Sobre a licenciatura do curso de enfermagem que ia ter sede no INFACTUS, perguntou qual era a estratégia da Câmara Municipal em Penafiel. Disse que a estratégia devia ser consertada com as entidades económicas, nomeadamente com a Associação Empresarial de Penafiel. Gostavam de saber, até que ponto tinham sido auscultadas, entidades como essas e outras de valências com capacidades próximas, relativamente a todo o processo que envolvia a fixação do ensino superior em Penafiel. -----

----- Quanto à Casa da Juventude, disse que as políticas da juventude associadas a uma infraestrutura importante, já existente em outros municípios, já há muito tempo que devia ter sede também em Penafiel. Estavam certos que a taxa de desemprego jovem era uma das coisas que mais preocupava o país, sendo certo que não havia uma coerente ação por parte do Governo, que era da mesma cor política do Executivo de Penafiel, a Coligação PSD/CDS-PP. Os jovens tinham capacidade de emancipação, tinham a capacidade de desenvolverem as suas valências, nomeadamente no que dizia respeito à cultura. Era muito importante que o Executivo repensasse uma casa da juventude, uma infraestrutura com múltiplas valências e que a disponibilizasse à juventude de Penafiel para dinamizar e desenvolver as suas capacidades culturais. Disse que a Casa de Juventude teria uma abertura importante relativamente à sua ação multidisciplinar e também um plano efetivo de inícios de carreira da juventude de Penafiel. -----

----- A senhora deputada Susana Vieira: Disse que na informação escrita do senhor Presidente, nada era referido relativamente às AEC's à exceção da oferta de um kit de música aos professores de música. Considerando a importância do desenvolvimento das atividades do enriquecimento curricular no pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico, para o desenvolvimento das crianças e o contributo para o seu sucesso escolar prevista nos princípios orientadores da organização curricular, aliada à componente de apoio à família devia ser organizada para um estímulo direto para o estabelecimento de relações

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

positivas entre a escola, a família dos alunos e a comunidade local. A oferta das AEC's, deveria ser adaptada num contexto da escola com os objetivos de atingir o equilíbrio e outros interesses dos alunos, a formação e o perfil dos profissionais que os asseguravam. Assim, e tendo em vista a preparação do novo ano escolar e na tentativa de evitar situações como as que tinham ocorrido em anos letivos transatos, nomeadamente no atraso do processo de colocação de professores das AEC's, propunham à entidade promotora que atentadamente diligenciasse no sentido de organizar e definir com rigor as seguintes situações: Que atividades de enriquecimento curricular o Executivo ia proporcionar aos agrupamentos escolares do concelho de Penafiel para o próximo ano letivo; Que os professores estivessem a exercer funções para que tinham sido contratados no primeiro dia do início do ano letivo; E em que horários é que essas atividades iam ser lecionada. Em suma, o Partido Socialista pretendia saber que medidas tinham sido adotadas ou que estavam previstas pelo Executivo relativamente àquele assunto. -----

----- O senhor deputado Belmiro Barbosa: Disse que tinha ficado entusiasmado com o que se tinha desenvolvido ao longo dos meses. Disse que tinha já entrado em execução o centro interpretativo de Quintandona, que era uma mais-valia para o acolhimento de quem visitava Quintandona. Disse que a Casa de Xiné, entidade que promovia o desenvolvimento de Quintandona, estava a elaborar uma candidatura aos fundo comunitários para a criação de um centro de acolhimento com atividade agrícolas e pedagógicas. Referiu a visita que tinha tido Quintandona de um grupo de professores vindos de Angola. A visita de 100 escuteiros, de 3 dias, em que envolveram em atividade de cinco workshops. -----

-----Disse que era de realçar o que a Câmara Municipal tinha realizado nas comemorações do 3 de Março, a atenção colocada nas IPSS, área social que muito tem ajudado e apoiado os que mais necessitavam. Tinha sido muito importante para as IPSS, não só ter havido um aumento no subsídio de apoio, mas estimula-las e agracia-las pelo trabalho desenvolvido. Também o subsídio entregue às associações tinha sido um passo importantíssimo. Disse que era autarca desde o 25 de Abril de 1974, e a forma como a Câmara Municipal de Penafiel tinha homenageado todos os autarcas nas cerimónias do 25 de Abril, era de louvar aquele gesto.-----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que Penafiel ia ter um curso superior de enfermagem, só que esse curso vinha na sequência de um acordo celebrado em vésperas eleitorais em 2009. Quatro anos de espera para se falar de um curso de enfermagem em Penafiel era tempo demais. Nesse entretanto tinham tido em Penafiel workshops, com um pagamento de uma senha de presença, forçosa, em que os titulares do protocolo com o ensino superior ganharam em função do workshop que proporcionarem em Penafiel. Penafiel tinha cedido, há 4 anos atrás, um edifício emblemático da cidade, residência do antigo episcopado que tinha passado a residência de alguém fantasma que durante 4 anos não o tinha usado. Como não o tinha usado tinha sido penalizado o município de Penafiel e os seus funcionários, que tinham um edifício candidato a uma requalificação e recuperação em que o Governo de



José Sócrates, tinha financiado com um milhão e quinhentos mil euros para a finalidade para a qual tinha sido concebido. -----

-----Quanto ao curso de enfermagem, gostava de ver o Executivo, que dava 8 bolsas anuais, a alunos penafidelenses que frequentavam o ensino superior, de 100 euros mês a negociar com a CESPU, para que se fizesse um acordo ou uma adenda ao acordo, em que os jovens de Penafiel, frequentadores desse curso de enfermagem tivessem um desconto nas suas propinas. Assim teriam um curso superior em Penafiel a beneficiar os penafidelenses, porque quanto ao resto tinha muitas reservas que Penafiel recuperasse algum do investimento que estava a ceder às entidades privadas para ter ensino superior em Penafiel. -----

-----Relativamente ao ISCE, em qual a Câmara Municipal de Penafiel, mais uma vez em vésperas de eleições tinha feito mais um protocolo retificativo, em que entregava mais um edifício emblemático, o edifício da escola primária P3. Fez um investimento de cerca de um milhão de euros e entregava a privado esse edifício para gerido durante 20 anos. Ou seja, iam ter ali 4 cursos, sem futuro, e o mais interessante era saberem que em alturas de eleições, o candidato do PS tinha questionado a legalidade desses cursos. Perguntou se, os ditos cursos, lecionando pela PEDAGO, com sede em Oeiras, em Penafiel funcionava a parte laboratorial e tutorial e a parte teórica era dada em Oeiras. Com essa natureza de ensino superior em Penafiel, disse que tinha muito respeito por quem lá andava só esperava que nenhum dos seus filhos o frequentasse. Disse que nem tudo o que vinham vender era importante para Penafiel, tinham que ser seletivos, porque o que geriam era de todos os penafidelenses e quando era de todos tinham que ser exigentes. -----

----- — A senhora deputada Mafalda Duarte: Disse que era com estranheza que o Grupo Municipal do PS, tinha constatado que na informação escrita, relativa à Penafiel Verde EM. se mantinha inalterada à três assembleias consecutiva. Não se tratava de um lapso porque a única alteração era a sua data. Segundo a informação disponibilizada, não se registavam avanços desde Dezembro de 2013. Tinham em conta que estavam cerca de 10 milhões de euros em jogo, cerca de cinco milhões era provenientes de fundos comunitários. Como tal, solicitavam ao senhor Presidente que os atualizasse, à data, do ponto de situação do estado de execução dos trabalhos da bacia do Tâmega e qual era a data prevista da conclusão dos trabalhos. -----

-----Questionava ainda, o ponto de situação e quais as diligências que estavam a ser tomadas no que dizia respeito às redes em baixa do subsistema do Cavalum e do Sousa, tendo em vista a ligação da nova etar de Paço de Sousa. Questionava também, se a taxa almejada de 85%, de taxa de cobertura de saneamento ia ser alcançada no ano em curso.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente às comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, disse que se sentia muito satisfeito com a forma como tinham decorrido as comemorações, data que se revestia da maior importância e por isso quiseram que tivesse um programa de

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

comemorações condizente com a importância dessa mesma data. Tinham decidido dedicar as comemorações dos 40 anos ao Poder Local. Mesmo que tivesse ocorrido algum percalço no protocolo, isso em nada beliscava a qualidade do programa das comemorações, a pertinência de o dedicar ao Poder Local democrático e o envolvimento que tinha tido de todos os autarcas e de todos os ex autarcas. -----

-----Disse que a visita ao aterro sanitário ainda não tinha sido realizado porque a meteorologia não tinha permitido, mas já tinha dado nota no conselho de administração da AMBISOUSA que estava a ser preparada a visita da Assembleia Municipal de Penafiel ao aterro sanitário. Disse que tinham todos a ganhar na visita ao aterro sanitário para poderem ficar mais esclarecidos sobre o tema muito importante e a presença no local e as explicações que ai poderiam ser franqueadas pelos técnicos, iam permitir que fosse desmistificado alguma das questões que se vão procurando criar a propósito daquele tema. No que respeitava ao prazo de duração do aterro sanitário, disse que naquele momento não era fácil dar um valor com um rigor matemático. Isso porque a duração do aterro dependia de vários fatores, desde logo do volume de resíduos que se iam produzindo e que ai eram depositados e nos últimos anos, o volume de resíduos depositado no aterro tinha tido um decréscimo bastante significativo, por um lado tinha aumentado as taxas da recolha seletiva e por outro lado porque a própria crise implicava que houvesse uma menor produção de resíduos. Os fatores técnicos, relativos à forma como era feito a deposição e compactação e que tinha evoluído muito nos últimos anos, onde ficaram todos a ganhar com o facto de terem um aterro sanitário com mais anos de duração do que aqueles que estavam previstos. O aterro sanitário, na altura que tinha sido construído tinha um prazo de vida previsto de 10 anos, mas a verdade é que já passaram 15 anos. Se o aterro tiver condições técnicas para durar mais 5 ou 10 anos era ótimo, era muito bom desde logo porque significava uma evolução pela forma em que se estavam a tratar as questões do ambiente, porque se estavam a depositar menos resíduos era um sinal positivo, maturidade na forma como se iam comportando no dia-a-dia com os hábitos de consumo e de separação de resíduos. Também porque os recursos estavam cada vez mais escassos e a construção de um aterro sanitário novo implicava um investimento muito significativo e esse investimento seria feito e suportado pelos municípios. Se os municípios não tiverem recursos para esse investimento iam ter necessariamente de aumentar as tarifas aos seus munícipes para poderem fazer face a esses encargos. Era preciso olhar para essas questões com serenidade com muito sentido de responsabilidade porque o que estava em causa era de grande complexidade. No que dizia respeito à questão da alternância do local do aterro, disse que havia da parte do município de Paredes já assunção dessa circunstância, ainda que o acordo não tivesse sido materializado em nenhum documento mas ao nível da Associação de Municípios teria sido essa questão assumida. Achava que a visita que iam fazer ao aterro sanitário de Penafiel, era importante, ia permitir a todos os que pudessem estar presentes, ficarem com uma ideia muito mais clara e objetiva daquilo que era o equipamento, do que fazia em concreto e da forma como funcionava no dia-a-dia e certamente que depois dessa visita iam ficar todos muito mais habilitados a abordar o tema novamente. -



-----Relativamente à questão do curso de enfermagem que a partir do próximo letivo ia iniciar na cidade de Penafiel no edifício do antigo Paço Episcopal, onde também já tinha funcionado o Magistério Primário, depois a Universidade Portucalense e mais recentemente o IINFACTS, que tinha nos termos do protocolo que firmou com a CESPU com o Município de Penafiel, um conjunto de atividades que estava para além do que era o ensino universitário. Esses outros domínios que estavam protocolados, tem estado a funcionar, esses pontos do protocolo, têm estado a ser cumpridos o que não tinha era a mesma visibilidade externa que ia ter o ensino superior com 60 alunos já no próximo ano letivo. Eram atividades de cariz científico, de natureza muito mais técnica e portanto muito mais focadas para o interior da própria instituição e não tinham a visibilidade que permitiria que todos acompanhassem mais de perto essa mesma atividade. O curso de enfermagem que ai ia iniciar funções, disse que podiam todos estar satisfeitos com essa circunstância, porque era 60 vagas que iam abrir, e se ia funcionar essa primeira unidade com 60 alunos significava que ia também haver um corpo docente que ia estar acompanhar e que ia haver um conjunto de outras vantagens para a cidade e para o município com a presença da escola superior de saúde do Vale do Sousa. O discurso de que havia licenciados a mais no país disse que era um discurso irresponsável, porque ao nível da CIM a percentagem de diplomados não chegava aos 10%, no concelho de Penafiel estava um pouco acima desse valor mas ainda assim muito aquém dos 17% da média nacional e o compromisso que Portugal tinha assumido com a União Europeia no âmbito do horizonte 20/20 era de atingir os 40% de licenciados até aos 34 anos até 2020. Havia ainda um longo caminho a percorrer naquela matéria para poderem cumprir com as metas e objetivos que estavam estabelecidos. Não tinha nenhuma dúvida que mesmos os concidadãos por não terem e não encontrarem em Portugal emprego e procura-lo no estrangeiro, iriam certamente mais acutelados com a sua formação superior do que iam os nossos concidadãos nos anos de 60 e 70 quando tinham que se sujeitar a fazer os trabalhos que mais ninguém queria fazer por não terem um grau de formação. A formação era importante, a formação superior era especialmente importante e o concelho tinha muito a ganhar pelo facto de ter mais essa oportunidade. Disse que em conjunto com o trabalho que já estava a ser feito pelo ISCE desde 2009 e que agora ia consolidar-se com as novas instalações que tinha ao seu dispor, cujo valor da intervenção tinha sido inferior ao milhão de euros que tinham referido, naturalmente com as novas condições de funcionamento do ISCE, assumindo em Penafiel toda a sua dinâmica do ensino superior no norte, podiam perfeitamente ter já o número da grandeza das centenas de alunos no próximo ano letivo e isso que iria criar uma dinâmica de desenvolvimento no concelho e todos deviam estar satisfeitos com esse facto. -----

-----Quanto ao IC 35 disse que tinha ficado satisfeito por ver o Plano Estratégico dos Transportes e das Infraestruturas contemplar o IC 35. Não estava tranquilo relativamente a esse tema mas não tinha dúvidas que se o Plano não integrasse esse projeto, provavelmente não o iriam ver em nenhum outro documento. Aquele Plano Estratégico que fazia ao integrar o IC 35 era renovar a esperança que iam ter a

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

obra e iam finalmente ver concretizado esse sonho de tantos anos e que estava por realizar. Pela primeira vez viam dados concretos, um Plano que tinha um cronograma que definia *timings*, metas e um calendário. Um calendário que dizia que ainda este ano devia ser lançado o concurso, um calendário que dizia que no ano 2015 havia de começar a construção da obra e um calendário que dizia que a obra devia estar concluída até ao final de 2017. Naquele momento tinham que estar todos atentos e alerta mas com a convicção que havia um documento formal, pela primeira vez e que tratava daquele assunto com rigor e seriedade. Disse que se vissem o tempo passar e vissem que nada acontecia, então teriam que agir de uma outra forma. -----

-----Relativamente à questão da Portaria 82/2014, disse que tinha estado a acompanhar desde o primeiro momento aquela questão em sintonia com a Comunidade Intermunicipal e tinha tido já uma reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa acompanhou o senhor Presidente da CIM a tratar de questões relacionada com aquele assunto mas sempre no plano institucional. Significava que tinham reunido todo o argumentário, recolher toda a informação e todos os dados que eram necessários para poderem, na reunião que já estava agendada pela ARS, dar nota de qual era a posição sobre aquele assunto para que a ARS, enquanto interlocutor da área da saúde na região pudesse de facto transmitir ao Governo qual era a posição. A posição era que, a única coisa que era relevante no que dizia respeito à Portaria, era que a área de influência do centro Hospitalar do Tâmega e Sousa não fosse alterada. A área de influência era naquele momento superior aos 500 mil habitantes, e sendo superior, o centro hospitalar tinha que ser um centro hospitalar de nível dois e por isso as valências que tinha no momento tinham que se manter. -----

-----Quanto à requalificação da EB 1 de Covilhô em Novelas, disse que a obra estava praticamente concluída, havia um ou outro pormenor que era necessário corrigir mas sobretudo a Junta de Freguesia de Penafiel tinha que ficar satisfeita em relação àquele assunto porque havia dúvidas e algum ceticismo quanto a essa intervenção e sempre tinha sido assumido que essa era uma questão tranquila e que era para avançar e hoje era com gosto que viam aquela requalificação que estava em condições e oferecer os padrões de qualidade que ofereciam os centros escolares. -----

-----No que dizia respeito às AEC's, disse que no início do ano letivo a informação escrita tinha mais informação, agora havia menos porque as questões de âmbito pedagógico eram da responsabilidade dos agrupamentos e o papel do município ficava mais condicionado. Quanto ao próximo ano letivo tinham que aguarda pela publicação da Portaria que tinha que definir as regras de funcionamento para o próximo ano letivo das atividade de enriquecimento curricular e nessa altura partilhariam a estratégia a adotar nesse domínio para próximo ano letivo. -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Relativamente ao curso de enfermagem disse que estavam a falar de 60 vagas e não de 60 alunos. No ano passado os alunos inscritos no curso de enfermagem na CESPU na freguesia de Gandra, concelho de Paredes eram na ordem dos 40 alunos.

Reiterou que o Partido Socialista mantinha a satisfação em ter o ensino superior no concelho de Penafiel e perguntou qual era a efetiva ligação com entidades que representavam e usufruíam do ensino superior em Penafiel, ou seja, como é que a Câmara Municipal avaliava a estadia do ISCE e agora a da CESPU com as entidades que cooperavam para absorver esses licenciados. Disse que não era particularmente a favor de Penafiel ser uma máquina de exportação de licenciados. O Partido Socialista, não era ingénuo porque se em 2009 se aprovou algo semelhante relativamente a políticas do ensino superior dentro do concelho e o resultado foi o que estava à vista de todos. -----

----- Quanto à Casa da Juventude, disse que representava uma juventude partidária e percebia que existiam outras juventudes partidária no concelho de Penafiel que não faziam política, mas, a JS fazia política e o PS preocupava-se com a juventude. A Casa da Juventude era uma bandeira da Juventude Socialista, era uma das suas prioridades e gostava de ser esclarecido sobre aquela matéria. -----

----- — O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel tinha acabado de anunciar aos penafidelenses que pretendia perpetuar o aterro sanitário em Penafiel. Percebia que o senhor Presidente tivesse estado durante 12 anos à frente do Pelouro do Ambiente e que no final desses 12 anos não dominasse a técnica associada aos aterros sanitários. Disse que ia fazer chegar ao senhor Presidente da Câmara Municipal o relatório que constava no *site* da AMBISOUSA, datado de 2012 que dizia o seguinte: *"... Após toda a tecnologia que lá tinha sido implementada, após a reestruturação feita do aterro com o reaproveitamento de algumas áreas que não estavam a ser aproveitadas, foi possível aumentar a capacidade do aterro sanitário, (que passou de 10 anos para previsivelmente para mais 5 anos). Pese embora, todo este aumento de capacidade, prevê-se que o encerramento do aterro venha a ocorrer dentro de um prazo de 2 ou 3 anos"*. Perguntou, mais uma vez, quanto tempo demorava a construir um aterro sanitário, desde o seu licenciamento, infraestruturas, licença de impacto ambiental, localização entre outros. Pelo que sabia, todo esse processo demoraria 4 a 5 anos. Disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel tinha anunciado, ali na Assembleia Municipal, que se tinha vergado perante o município de Paredes, quebrando um acordo. Disse que as freguesias em causa, eram afetadas pelo aterro sanitário, o cheiro que estava associado e que estavam no seu limite. Era preciso encontrar uma solução urgente, alternativa e essa alternativa não podia passar por perpetuar o aterro sanitário em Penafiel. Era uma questão de justiça para aquelas populações que já muito tinham sofrido. Era altura de colocar um ponto final no aterro sanitário e desloca-lo para o município de Paredes. -----

----- — O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que não tinha gostado de ouvir o senhor Presidente da Câmara Municipal, a falar com tão pouco fulgor em relação à questão da saúde. O município de Penafiel institucionalmente, tinha que tratar do assunto não na ARS mas sim diretamente com o Governo. Na década de 90, quando era o PS na governação da Câmara Municipal de Penafiel, o senhor Presidente na altura, jovem líder do CDS, fartou-se de distribuir prospectos a dizer que a Câmara Municipal não tinha

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

capacidade de reivindicar juntos dos seus municípios e agora como Presidente da Câmara Municipal ia à ARS discutir o assunto tão importante como era o de fechar valências num hospital central da capital do Vale do Sousa. Achava que ali havia um erro de *casting* e pediu para que o senhor Presidente fosse mais reivindicativo, mais interventivo, que não se vergasse perante o Poder Central. Disse que o concelho de Penafiel tinha um representante que devia reivindicar junto da entidade máxima, o Ministério da Saúde. --

----- A senhora deputada Mafalda Duarte: Disse que as questões que tinha colocado não tinham sido esclarecidas e também que a Penafiel Verde EM, mantivesse informada a Assembleia Municipal, em tempo útil, do que tinha vindo a executar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que as obras na bacia do Tâmega estavam a decorrer a bom ritmo. Tinham tido a oportunidade de as visitar juntamente com os senhores Presidentes das Juntas das respetivas freguesias em que puderam constatar, nos locais onde estavam a decorrer as obras, em Rio de Moinhos, Boelhe, Vila cova e Luzim e em Abragão. Estavam a decorrer num ritmo que estava previsto dentro das empreitadas e por isso estavam convictos que as empresas que estavam a desenvolver essas empreitadas que até ao final de setembro, provavelmente, todas essas obras estavam concluídas e devidamente executadas. A questão das ligações ia demorar um pouco mais, porque tinham que encontrar mecanismos que os municípios façam as respetivas ligações para se poder atingir taxas de ligação mais altas do que aquelas tinham naquele momento. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor Deputado Nuno Araújo, disse que não se tratava de vergar ao que quer que fosse, tratava-se de olhar com objetividade e com sentido de responsabilidade para assuntos que implicavam grande responsabilidade. Disse que gostava de ouvir o senhor Deputado dizer se estava disponível para propor um aumento das tarifas dos resíduos sólidos urbanos aos penafidelenses para poderem avançar já com um novo aterro sanitário, mesmo que ele não seja necessário do ponto de vista técnico. Têm que gerir bem, com sentido de responsabilidade e cumprindo objetivos. -----

----- Disse ao senhor Deputado Sousa Pinto que tinham tido oportunidade de ouvir uma intervenção de fundo do senhor deputado Pedro Norberto dando como exemplo o Tribunal de Penafiel, e a nova centralidade que o Tribunal tinha adquirido e nunca tinha sido preciso ninguém andar aos *berros* para que isso tivesse acontecido. Tinha sido um trabalho feito em termos institucionais e a verdade eram os resultados que conseguiram. Era a sua metodologia, devia respeitar-se o tempo institucional e esgotar o caminho institucional, quando isso deixasse de ser viável, ai procederiam de outra maneira. -----

----- Relativamente às dúvidas levantadas pelo senhor deputado Luís Guimarães disse que não constavam da informação escrita, e por isso eram notas para reflexão, que depois podiam tratar numa outra circunstância. Eram questões que deviam ter sido colocadas no período antes da ordem do dia.

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Relativamente à questão do Hospital, informou, que a Lei previa que cabia ao Presidente da ARS apresentar, no prazo de 30 dias, uma proposta ao Governo. -----

----- 3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara do Projeto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e respetiva Tabela de Taxas e Licenças, nos termos das alíneas b) e g), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a o abaixamento das taxas municipais era uma luta que CDU travava há vários anos e de certo modo as taxas tinham baixado. Era um documento bastante técnico estava bem elaborado. No entanto continuavam a dizer que mesmo com este abaixamento de taxas, as taxas no município de Penafiel continuavam a ser as mais caras do Vale do Sousa e do Baixo Tâmega. Deveria a Câmara Municipal de Penafiel continuar a fazer um esforço no futuro para que as taxas em Penafiel, continuasse a baixar. Disse que o cálculo das tabelas da Taxa Municipal de Urbanização a TMU, era um trabalho complexo mas havia pessoas que para fazer uma pequena alteração do seu lote pagavam uma taxa elevadíssima à Câmara Municipal. Finalmente a Câmara Municipal tinha reconhecido que aquela taxa era insustentável e sugeriu ao Executivo que todas as tabelas das Taxas Municipais de Urbanização numa próxima revisão deviam ser calculadas em função do esforço a que as infraestruturas estavam sujeitas e à sobrecarga das infraestruturas. Isto era, saber da sobrecarga que cada um desses terrenos ia ter, o esforço a que ia submeter as infraestruturas e a sobrecarga que lhe ia causar. Essa era uma distribuição mais justa do pagamento de taxas no futuro para as pessoas que quisesse viver ou ter empresas em Penafiel. -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que devia ter sido consignado naquele documento, o valor do ano anterior, para que pudessem fazer um estudo comparativo dos valores. Sabiam que tinham a tabela do ano anterior e podiam fazer essa comparação, mas uma vez que aquela era uma entidade que propunha a um Órgão o documento para apreciação era muito mais fácil se tivessem os os valores de 2013 de 2014.-----

-----Referiu que na tabela de taxas, onde referia a utilização dos espaços do serviço do Museu Municipal havia nos valores de utilização das salas de exposições temporárias, um que tinha um agravamento de 200€ por todo dia de utilização da sala, e se fosse no caso do uso do auditório tinha um desagravamento de 200€ por dia. Como não havia nenhuma nota justificativa achava que estranho que aquele dado aparecesse sem qualquer tipo de referência. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que objetivo era tornar mais competitiva a tabela das taxas e licenças, naturalmente que aquele era um processo que queriam fazer gradualmente. Ouvia com atenção a sugestões deixadas e iam tê-las em conta nas próximas intervenções. -----

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

-----Relativamente às taxas do Museu Municipal, tinha sido um ajustamento que tinha sido feito face avaliação que se pode fazer entretanto do período diligência no que dizia respeito à questão concreta colocada pelo senhor deputado. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 13 abstenções.

-----**4.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da proposta de Projeto de Regulamento do Programa Colónia Balnear Sénior, para efeitos da al. g), do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

-----**5.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de proposta de Projeto de Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, para efeitos da al. g), do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

-----**6.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de proposta de projeto de atualização do Regulamento de Concessão de Benefícios sociais aos Bombeiros do Município, para efeitos da al. g), do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

-----**7.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de prestação de contas e relatório de Gestão 2013, Aplicação de Resultados do Exercício de 2013 e Relatório de Gestão Consolidada do ano de 2013, nos termos da alínea i), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: disse que ao analisar a Prestação de Contas e Relatório de Atividades de 2013, verificaram uma ligeira melhoria da situação e dos resultados globais relativamente aos anos anteriores, mas sendo estes menos maus, daí a melhoria referida, não deixam de ser maus e preocupantes. -----

-----Continuavam a confirmar as reduzidas taxas de execução, o empolamento de receitas já questionado aquando da análise do Plano e Orçamento iniciais. A receita tem uma taxa de execução de 60,58% do Previsto, e se a receita Fiscal e de Transferências rondam taxas de cerca de 70 %, a receita Patrimonial com previsão de 3,35 ME teve uma execução de 9.500 euros numa taxa de execução de 0,29%. -- -----

-----Isto tem um nome: Falta de rigor na previsão e gestão. -----

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

Relativamente à despesa há a registar a redução da despesa Total com redução residual na Corrente e mais significativa na de Capital. Nesta última realça-se a redução da Despesa de Investimento em 13,3% com execução de 14,57ME e verifica-se também o contínuo e continuado crescimento da despesa com pessoal que cresce 2,84% com uma execução de 10,08ME. Podemos aferir que a diferença entre o que o Município investiu e o que dispendeu na rubrica de pessoal é pequena 4,5 ME. -----

-----Quanto à Dívida que teve no seu valor global uma redução de 498 mil euros numa percentagem de 1,7% de redução, teve essa redução essencialmente pelo valor da rubrica " outros credores", quer dizer dívida que fornecedores transferiram para a banca por Factoring ou outro tipo de posicionamento contratual. -----

-----Pelo contrário os fornecedores de Conta Corrente e os de Imobilizado (quer dizer empreiteiros no geral ou fornecedores de bens imobilizáveis) viram as dívidas da CMP subir respetivamente 13,7 e 32,7 %, invertendo até a tendência das contas de 2010,2011 e 2012. Se tivermos em conta o recurso que a CMP fez ao PAEL-Programa de Apoio à Economia Local, que visava a liquidação das faturas a este tipo de fornecedores, temos aqui uma tendência que é preocupante e deveria ser explicada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel. -----

-----De resto ressalva-se o facto de no seu global ter havido uma ligeira redução da Dívida Total a Terceiros e o facto de o resultado líquido ser Positivo embora de valor bem inferior ao dos três anos antecedentes. -----

Como já dito as baixas taxas de execução eram desastrosas sobretudo quando verificavam por grandes grupos os dados de execução do PPI, com taxas de execução de 43% nas Funções Gerais, de 56 %,nas funções sociais de 40% nas Funções Económicas. -----

-----Na sua Totalidade o PPI tem execução de 51%, pouco acima de metade do Previsto. Renovamos a já mencionada falta de rigor na Previsão e Gestão do Executivo. -----

-----Assim, numa postura coerente quanto ao que de menos mau têm os indicadores da Conta de 2012, e a falta de rigor na gestão atrás descrita, o Partido Socialista irá abster-se na votação deste documento de Prestação de Contas. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Em relação às dívidas acumuladas em anos anteriores disse que, o município recorreu ao PAEL, o que tinha originado para o município compromissos para pagar montantes muito elevados e por isso alertou o Executivo e todo o município, atendo às suas obrigações que daí advinham do facto de terem participado no Plano de Apoio da Economia Local não se vislumbra o saneamento das contas da Câmara Municipal a médio e a longo prazo. -----

Chamou atenção da falta de rigor no orçamento municipal porque verificava-se agora que a execução tinha ficado entre os 58 a 63%, o que contrariava, metade do que tinha sido proposto em plano de atividade. Esse empolamento de receitas, traduzia orçamentos pouco rigorosos e por isso solicitavam que no futuro fossem feitos orçamentos mais rigorosos. Disse que se iam abster neste ponto. -----

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que nos últimos anos o Executivo, apoiado pela coligação "Penafiel Quer", tinha vindo a reduzir de forma sustentável o seu passivo, quer de curto quer de medido e longo prazo. Nos últimos 4 anos reduziu 10 milhões de euros ao seu passivo, significava que estavam perante uma dívida saudável, porque qualquer município que era capaz de fazer investimento, satisfazer a sua população e ainda conseguia no prazo de um mandato reduzir 10 milhões de euros ao seu passivo, era de facto um município saudável. Disse que a conta que lhes era apresentada era uma conta à boa maneira de Penafiel. Contas de maneira honrada, de gente honrada e séria. Penafiel que tinha apresentado as contas *certinhas*. Era uma conta que espelhava o resultado líquido do exercício positivo. Se o Município de Penafiel fosse uma empresa era uma empresa que dava lucro e aproveitava esse lucro, e porque não era uma empresa privada, era uma entidade pública, e tinha quase 2 milhões de euros para investir no que era importante, nas pessoas, no social e na educação. -----

-----Disse que era obrigatório a redução da despesa porque o município de Penafiel não podia investir todos os anos. Tinha aproveitado e bem, numa atitude inteligente os fundos comunitários. Quando se aproveita esses apoios comunitários deviam investir, duplicar ou triplicar aquilo que era a capacidade de gerar investimento e naturalmente que naquela circunstância a dívida tinha que aumentar, mas se a dívida reduzia em 10 milhões em 4 anos, significava que o município de Penafiel geria receitas mais que suficientes para pagar o seu investimento, pagar o seu serviço da dívida e ainda reduzir ao seu passivo. -----

-----Referiu que era natural que a dívida com o pessoal aumenta-se porque o ano passado, ao contrário do ano anterior, os funcionários tinham recebido subsídio de férias e Natal e houve aumento da comparticipação da Caixa Geral de Aposentações. -----

-----Disse que o empolamento que tinha referido o senhor deputado Couto Barbosa, era um pouco de *gordura salutar*, permitia que os Executivos quando apresentavam os seus orçamentos, pudessem eventualmente alocar no seu plano de atividades algum investimento que de outra forma, obrigava trazer à Assembleia Municipal uma revisão orçamental para incluir mais um projeto com apoios comunitários. ---

-----Disse que a Câmara Municipal de Penafiel estava no bom caminho, tinha o apoio da coligação "Penafiel Quer" porque estas eram contas à boa maneira de Penafiel, contas *certinhas certinhas certinhas*. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que na sua intervenção não tinha entrado em demagogias porque quando referia o empolamento de receitas, era porque tinha-as visto em vários artigos. O que tinham mencionado não era *gordura*, eram *500 elefantes*, ou seja, 13,3 milhões de euros e executar-se 1.500 euros. Isso não era uma folga como o senhor deputado Carlos Pinto queria fazer parecer mas sim má gestão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que aquele era um documento relevante, na medida que estava em causa todo um mandato e não apenas o ano de 2013. Era importante sublinhar o

investimento de 22 milhões de euros, feito ao longo do último mandato. Apesar desse investimento de 22 milhões, mesmo assim a dívida diminuiu em cerca de 10 milhões de euros. Eram dados que mereciam ser referidos porque eram dados que deviam orgulhar a todos enquanto penafidenses. Ao contrário do que acontecia em outros municípios, não havia aumento ao nível do pessoal, a receita fiscal diminuiu, e mesmo assim a receita corrente tinha sido suficiente. Globalmente tinham que estar satisfeitos, terem os pés bem assentes no chão porque era assim que queriam continuar. Como dizia o senhor deputado Carlos Pinto, eram contas à moda de Penafiel. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria e 11 abstenções.

-----**8.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da primeira revisão ao Orçamento da Receita, primeira revisão ao Orçamento da Despesa e segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- — O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que concordando e não se questionando as novas rubricas que se tinham inscritas no PPI para 2013, a eficiência energética das piscinas de Paço de Sousa, o parque de lazer em Abragão e um reforço para a verba da gestão do aterro sanitário. O Partido Socialista podia votar favoravelmente aquela proposta se não constasse da mesma alteração/revisão orçamental onde, pasmados, tinham verificado um reforço das despesas de renumeração de pessoal dos órgãos autárquicos de 405.665,93 euros, elevando a rubrica para um total de 705.665 euros. Por esse motivo o Partido Socialista ia abster-se neste ponto.-----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria e 11 abstenções.-----

-----**9.º Ponto — Discussão e votação proposta da Câmara Municipal de Repartição de Encargos do Contrato "Fornecimento de Refeições Transportadas e Refeições com Confeção Local em Jardins-de-infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Penafiel, para o ano letivo de 2014/2015", para efeitos do disposto no artigo 22.º, nºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Salgueiro Macedo: Disse que o Partido Socialista não punha em causa o aspeto formal dos documentos bem como a empresa em causa, no entanto, pensava que as refeições confeccionadas nas respetivas escolas estavam mais adequadas às necessidades das crianças, quer no que concerne à qualidade dos alimentos quer na quantidade que era dada aos meninos, a confeção que era em menor volume e a qualidade aumentava. Achavam que não era agradável que no concelho de Penafiel funcionasse com dois modelos, o de conceção e o de ajuste direto. Haver aquela dicotomia de prestação de refeições não era o mais adequado. -----

Ata Sessão Ordinária 28-04-2014

-----Perguntou se havia da parte da Câmara Municipal, abertura para alargar a confeção das refeições localmente, delegando essa competência nas Juntas de Freguesia e ao mesmo tempo dando uma maior qualidade na confeção das refeições. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Perguntou se havia fiscalização por parte da Câmara Municipal sobre a qualidade e quantidade do que era servido aos alunos do concelho de Penafiel. -----

-----Sugeriu que se tivesse atenção, para que nas escolas que não tinham cantina e as refeições eram levadas de uma escola para outra e as refeições não chegassem frias aos alunos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que qualidade do serviço prestado, era fiscalizado pelos serviços da Unidade da Educação e por cada escola em concreto, pelos próprios professores e funcionários que acompanhavam as crianças nas horas das refeições. Sempre que ocorria alguma circunstância menos adequada era detetada, de imediato eram adicionados os procedimentos que o contrato previa. -----

-----Quanto ao alargamento de escolas confeccionar as suas próprias refeições, era uma questão com alguma complexidade porque exigia condições para efeito, em termos de existências de cozinhas e ao nível dos recursos humanos, uma vez que existiam uma séria de condicionamentos para abertura concursos para contratar pessoal. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

-----**10.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento do Museu Municipal, para efeitos da al. g), do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **11.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de retificação do Regulamento Municipal de Trânsito. Circulação e Estacionamento, nos termos da al. g), do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU entendia que o valor mínimo proposto era exagerado, porque bastava só parar o carro alguns minutos para entregar um saco numa loja comercial e quando se chegava ao carro já lá estava uma multa. Propôs que o valor mínimo passa-se de 0,20 cêntimos a 0,10 cêntimos. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com dois votos contra.-----

----- Declaração de voto do senhor deputado Couto Barbosa: Disse que, embora tivessem tido considerado algumas das sugestões que tinha dado anteriormente para corrigir o regulamento o mesmo continuava com erros e por isso votou contra. -----

-----**12.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto de Regulamento do Centro de Recolha Oficial, Centro Veterinário Municipal, nos termos da al. g), do n.º 1 do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria e 11 abstenções. ----

----- **13.º Ponto — Conhecimento das minutas das atas e as atas das reuniões da Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público.

Ninguém se inscreveu.-----

-----No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas.-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo fez um ponto de ordem à mesa dizendo que o Partido Socialista, não voltaria aprovar as atas em minuta, caso as atas não estivesse disponíveis dentro do devido tempo. Disse que esta era a palavra final do PS, se voltasse acontecer o que tinha vindo acontecer nas últimas sessões, não aprovariam as deliberações em minuta. -----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata; a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.-----

